

**Título:**

**OS NÚMEROS NÃO MENTEM E AS APARÊNCIAS ENGANAM:  
POLARIZAÇÃO ARTIFICIAL PSDB X PT NA POLÍTICA AGRÁRIA  
BRASILEIRA E A VIOLÊNCIA RURAL**

**Artur Zimmerman, UFABC**

[artur.zimmerman@gmail.com](mailto:artur.zimmerman@gmail.com)

**1. INTRODUÇÃO**

É indiscutível a polarização de massas (LEVENDURSKY 2009) que se deu nos últimos anos na política brasileira, entre os adeptos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na presidência entre 01/01/1995-31/12/2002, e entre os do Partido dos Trabalhadores (PT), na presidência entre 01/01/2003-12/05/2016 (quando Dilma Rousseff foi afastada para dar início a seu processo de *impeachment*, que culminou na perda do mandato presidencial a partir de 31/08/2016). É provável que a mídia tenha um papel relevante nesta questão (PRIOR 2013), mas é fato que a mobilização política cresceu enormemente no Brasil, a partir de meados de 2013, com grandes manifestações tomando as ruas do país (NOBRE 2013) e deixando a liderança política nacional assustada, desacostumada a tais cenas.

Escândalos de corrupção de vultuosa magnitude sendo investigados pela Operação Lava-Jato da Polícia Federal e o saque aos cofres públicos indubitavelmente afetando a qualidade dos serviços prestados por diferentes níveis de governo, além da aliança de políticos com grandes empresários de diversos setores econômicos (especialmente

empreiteiras), que participaram de obras ou prestaram serviços para o poder público mancharam a credibilidade da classe política como um todo perante os brasileiros.

Como o sistema político brasileiro é multipartidário, há a necessidade de formar alianças para constituir maioria na Câmara e no Senado de modo a possibilitar a governabilidade e a aprovação de projetos de lei nas duas casas. Nestas alianças há incoerências ideológicas, uma vez que nenhuma das correntes ideológicas poderia formar maioria sem a coligação com legendas de outras correntes ou do fisiologismo partidário interessado apenas na divisão de recursos e de cargos, sem comprometimento com o Estado. A quantidade de partidos é enorme – nesta atual gestão (2014-2018) 27 partidos têm representação na Câmara e 17 no Senado, onerando bastante a tomada de decisões do sistema político com negociações que ultrapassam o desejável num sistema democrático. Mesmo assim, há uma tendência ao modelo bipartidário, principalmente nos municípios e estados com população maior que 200.000 habitantes e em eleições para governadores de estado e presidente da república, cujos pleitos vão ao segundo turno quando nenhum dos candidatos atinge mais de 50% dos votos válidos no primeiro turno (retirando os nulos e brancos).

Em um sistema bipartidário, os partidos se aproximam um do outro em seus programas, dirigindo-se rumo ao centro, no intuito de ganhar votos destinados originariamente ao partido concorrente. Com isso, os programas, em muitos aspectos passam a se confundir e se assemelhar (DOWNS 1957).

Apesar do mencionado por DOWNS, essa polarização aumentou de forma abrupta no cenário político do país, apesar de as propostas dos dois partidos (exceto por questões pontuais) não se distanciarem substancialmente entre si. Neste *paper*, o que se tentará mostrar é que, ao contrário do que parece, o que ocorre é uma polarização artificial pela disputa de poder político e não uma disputa de propostas diferentes e/ou divergentes de políticas a serem

implementadas, já que o perfil dos programas é semelhante e os resultados das políticas também, ao menos nas áreas apontadas nesta investigação. No que tange à questão agrária, o artigo tratará de abordar uma política destinada ao financiamento da agricultura familiar, além de políticas públicas para contenção de violência por disputas de terra e suas consequências em governos de presidentes do PSDB e do PT, sugerindo ao leitor que, apesar de tentarem aparentar diferenças irreconciliáveis, isso se reflete apenas no discurso, porém, não na realidade das ações governamentais, conforme a análise de algumas políticas agrárias tende a confirmar. Ou seja, as aparências enganam.

## **2. POLARIZAÇÃO POLÍTICA**

A polarização foca na divergência do fazer política entre extremos ideológicos. Estudos sobre polarização política nos Estados Unidos demonstram que há uma intermitência de polarização naquele país, que se tornou mais polarizado nas últimas décadas, devido a causas exógenas em temas como desigualdade de renda e imigração (ROSENTHAL e POOLE 2007). Já Evans (2003), realizando testes empíricos no sistema eleitoral norte-americano, chega à conclusão de que, enquanto os legisladores são mais polarizados do que os eleitores em questões econômicas, a polarização dos eleitores condiz mais com temas morais.

No entanto, a intuição nos leva a pressupor que quanto maior concorrência intra- e interpartidária, mais polarização política haverá, o que já foi comprovado na literatura (CARROL e EICHORST 2013).

Formadores de opinião no Brasil, como o historiador Leandro Karnal, alertam que “[a]pesar das tratativas de chamarem a atenção para dois projetos políticos distintos durante as eleições [à presidência em mais de duas décadas], ... PT e PSDB representam um mesmo projeto com pequenas diferenças... Talvez por isso o ódio na[s] eleiç[ões] tenha sido tão forte, porque os candidatos se pareciam muitíssimo e tinham que demarcar seu espaço num discurso de ódio” (CEAP 2014: 1-2).

O próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, numa entrevista concedida ao então petista Cristovam Buarque (atualmente no Partido Popular Socialista, ou PPS), afirmou que PSDB e PT não discutem, nem disputam ideologia, mas sim o poder político, pois são os únicos partidos que teriam capacidade de tirar o país do atraso (BUARQUE 2004). Ou seja, iguais que lutam pelo poder e pelo mesmo filão de eleitores, levando a uma acirrada disputa eleitoral em

nível nacional, com conotação bipartidária, numa polarização que não diferencia projetos de governo, apenas projetos de poder.

Assim sendo, apresentamos, na tabela 1, os resultados dos pleitos eleitorais entre os partidos políticos que se revezam na presidência da república. Apesar de o sistema político ser multipartidário, PSDB e PT se revezam desde 1994 no primeiro e segundo lugares do pleito à presidência até os dias de hoje.

### [TABELA 1]

Em 1994 e 1998, o PSDB ganhou no primeiro turno obtendo a maioria dos votos válidos. Em 2002, 2006, 2010 e 2014, o PT ganhou os pleitos, porém, todos em segundo turno apenas. No entanto, a concorrência entre os dois partidos não foi colocada em xeque por outros partidos políticos, evidenciando a polarização político-partidária e o bipartidarismo *de facto* nas eleições à presidência do Brasil. (BRAGA e PIMENTEL Jr 2011; SPECK e BALBACHEVSKY 2016).

Mesmo que o candidato do PSDB tenha vencido as eleições de 1994 e 1998 em primeiro turno, o segundo colocado continuava sendo do PT e, por isso, a polarização sugerida neste trabalho culminou bem mais adiante com o início do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 12/05/2016, e com a sociedade muito dividida.

Apesar de a literatura ter observado a queda da identificação partidária a partir da década de 70 do século XX, tanto em democracias consolidadas como em novas democracias (ANGEL 2003; LINZ 2002; SAÉZ e FRIEDENBERG 2002), no Brasil os partidos têm sido relevantes no que toca à identificação partidária. Isso pode explicar o revezamento de apenas dois partidos em um universo de cerca de três dezenas de possibilidades, tornando esta

disputa política pela presidência ainda mais estável (LIMONGI e CORTEZ 2010) e acirrada, mesmo que grande parte deste universo de partidos políticos não possua condições de atuar em todo o território nacional com a mesma intensidade ou de alavancar um candidato a presidente com chances reais de disputar o poder, haja visto que vários partidos fisiológicos também participam do cenário político para agir em prol de interesses próprios e nada republicanos.

### **3. METODOLOGIA E DADOS**

O presente artigo busca desmitificar a percepção de que o (de fato) bipartidarismo polarizado teria origem em programas políticos muito contrastantes e na implementação de políticas divergentes por seus protagonistas, quando no poder. Nesta direção, afirmamos que há uma artificialidade da mencionada polarização, já que os atores em condições de assumir o poder político nacional pertencem a partidos políticos com projetos semelhantes em diversas áreas públicas. Assim, a disputa pelo poder geraria o estopim para a polarização, que não tem conexão com o contraste político programático, mas com o intuito de aumentar seus eleitores às custas de seu concorrente direto –apelando até para práticas ilícitas como caixa 2 com valores elevadíssimos para o financiamento das campanhas, além de inúmeras outras infrações eleitorais e ilicitudes.

Utilizamos dados oficiais do governo brasileiro para as eleições (Tribunal Superior Eleitoral) e reforma agrária (Ministério do Desenvolvimento Agrário), programas federais como o PRONAF, Congresso Nacional, Presidência da República e Banco Central. Dados sobre temas da violência por disputas de terra são oriundos da Comissão Pastoral da Terra (Igreja Católica) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A discussão adicional provém de inúmeros artigos das mencionadas áreas, tanto da academia brasileira quanto da internacional e que estão listados ao final, na seção de referências bibliográficas.

Apresentamos dois breves estudos de caso sobre financiamento para a agricultura familiar e sobre violência por disputas de terra que tentarão indicar a semelhança entre as políticas do PSDB e do PT, e as consequências destas mesmas políticas, com intuito de ir ao encontro das colocações da presente investigação acadêmica.

Apenas dados descritivos serão organizados e analisados na esfera deste artigo, sugerindo maior desenvolvimento do tema pela academia, já que se trata de investigação preliminar, e não há fartura de dados que permitam seguir na linha da comprovação de causalidade estatística.

#### **4. POLÍTICAS AGRÁRIAS NO PERÍODO DA DEMOCRATIZAÇÃO PÓS-85**

Ao final do período do regime autoritário no país foi criado (em 1982) o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), o qual deu lugar ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) no início do regime democrático (1985), sendo extinto em 1989, quando suas competências foram incorporadas ao Ministério da Agricultura em 1990. Até então, esta pasta federal tinha a responsabilidade por dois temas centrais: (a) reforma agrária; e (b) desenvolvimento da agricultura. Ambos, inclusive, faziam parte dos objetivos do *Estatuto da Terra*, surgido no início do regime militar, que acabava de ser instalado no país, em 1964. Sua criação era a estratégia utilizada pelos governantes para apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra, tentando brechar o alastramento do comunismo em direção ao Brasil, principalmente após a Revolução Cubana de 1959. Com mais de meio século de sua criação, o *Estatuto da Terra* conseguiu executar apenas o desenvolvimento da agricultura, não levando a cabo uma reforma agrária séria e abrangente, que redistribuísse terra aos que mais necessitavam. Porém, neste *paper*, será abordado apenas o período de interesse, o regime democrático pós-1985 e, especificamente, os governos dos presidentes FHC (PSDB), Lula (PT) e Dilma (PT).

A grande mudança realmente ocorreu na metade do primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, em 1996, quando foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), transformado em Ministério de Política Fundiária e Agricultura Familiar (1999) e, finalmente, dando lugar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que perdurou até 2016, preservando praticamente a mesma estrutura nos governos nacionais do PSDB e do PT. Foram mantidas a natureza e a competência deste ministério, a seguir: (a) promover a reforma agrária; (b) zelar pelo

desenvolvimento sustentável da agricultura familiar (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA 2000); e (c) identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular terras ocupadas aos remanescentes das comunidades dos quilombolas (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA 2003). Este último item foi acrescido pelo governo Lula durante seu primeiro ano de governo, mantendo os anteriores, que eram semelhantes, ao menos no papel, aos dos governos militares, como mencionado anteriormente.

Durante os governos FHC/Lula/Dilma, representavam interesses conflitantes de um lado o Ministério da Agricultura, com a defesa do agronegócio e das grandes propriedades produtivas, e de outro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em defesa da agricultura familiar. O embate entre estes dois entes se deu de maneira impactante e contínua. Havia, portanto, representações de ambos setores do segmento agrário/rural no Brasil, o que é um marco em termos democráticos, principalmente em democracias jovens.

A criação de um ministério federal que representa a agricultura familiar e a produtividade agrícola de pequeno e médio portes e a sua manutenção por quase 6 diferentes gestões e 3 presidentes de dois partidos concorrentes, pode ser explicada pela existência de dois programas comuns na área agrária e fundiária, com objetivos semelhantes e complementares. Além disso, o intuito da reforma agrária é distribuir terra e condições de subsistência aos pequenos produtores do campo. Nesse sentido, há uma congruência de políticas públicas de assentamentos criadas por tais governos que resultaram num grau elevado de assentados, contrastando com administrações anteriores, mesmo durante a curta existência contínua do regime democrático no Brasil, conforme podemos concluir dos dados a seguir.

**[TABELA 2]**

Padronizando os dados proporcionalmente à quantidade de famílias assentadas por ano, os governos de FHC e de Lula claramente aumentaram o número de famílias assentadas de 4 a 8 vezes em relação aos governos Collor/Franco e Sarney. Já o governo Dilma, mesmo sendo do PT, retrocedeu a este respeito, reduzindo em 3 vezes os resultados de FHC e Lula. As explicações contrastantes sobre tal redução podem ser resumidas pelos seguintes atores (DESENVOLVIMENTO HUMANO 2016):

- a) Zander Soares de Navarro afirma que houve uma redução da demanda social por terra, haja visto que o êxodo rural criou um esvaziamento destas áreas e a crescente política de transferência de renda (como Bolsa Família e afins) desmobilizou as famílias rurais;
- b) João Pedro Stédile argumenta que faltou uma visão estratégica para o campo. Além disso, a aliança política do governo federal com o agronegócio e a tecnocracia passaram a brechar os processos de desapropriação.

Apesar da redução de assentamentos dos últimos anos da gestão Dilma, é inegável que tanto os governos do PSDB como os do PT obtiveram resultados bem superiores na questão da distribuição de terra do que seus antecessores. Porém, não basta distribuir terra aos pequenos agricultores, é preciso oferecer condições para que a terra produza de maneira eficiente, suprimindo a carência destes trabalhadores, de maneira a possibilitar lucrar e oferecer seus produtos ao mercado. Apresentamos a seguir dois estudos de caso que exemplificam e indicam a semelhança entre PSDB e PT na presidência da república, e vão ao encontro do que pretendemos mostrar neste estudo.

## **1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**

Cerca de 3/4 de todos os pobres no mundo vivem na zona rural (BORRAS Jr. e FRANCO 2012: 36) e, por isso, é necessário que órgãos públicos e privados e organizações sem fins lucrativos formulem e implementem políticas de redução da desigualdade no campo. Uma das políticas que visa a melhoria de vida da população do campo e que surgiu no primeiro governo de FHC, com continuidade durante os governos Lula e Dilma foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PRONAF foi criado em 1996 com o objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (CÂMARA DOS DEPUTADOS 1996). A grande mudança de então caracterizou-se por, pela primeira vez, dar espaço de representação aos atores que até então eram excluídos de políticas direcionadas aos menos favorecidos do campo (MATTEI 2007; 2010), elegendo a agricultura familiar como protagonista da política orientada para o desenvolvimento rural, o que indica claramente a mudança de rumo nesta área (CARNEIRO 1997: 70). Não funcionava apenas como uma política de financiamento para os pequenos empreendedores rurais, mas os incluía na tomada de decisões e envolvia questões diversas como educação e preservação ambiental.

Há autores que consideram este programa como sendo uma das políticas públicas mais relevantes para o meio rural que focam nos agricultores familiares, pois promove o desenvolvimento rural sustentável e encara o meio rural como um lugar de convívio de múltiplas atividades e atores, desvinculando-os de atividades essencialmente agrícolas (RESENDE e MAFRA 2016: 275-6).

Há uma clara diferença entre dar acesso à terra aos agricultores de baixa renda e dar condições para produção, como conhecimento técnico, financiamento, informações. Apenas o acesso à terra não é suficiente para que o agricultor produza, já que essa é a diferença entre distribuição de terra (*land reform*) e reforma agrária (*agrarian reform*), em que o segundo vem com o “pacote completo” e permite ao agricultor adquirir conhecimento técnico e obter recursos em condições favoráveis para produzir e restituir adequadamente os valores emprestados de forma justa e condizente.

O PRONAF, de certa forma, tem a função de organizar o mercado e garantir o preço para a agricultura familiar, pois a concorrência entre ela e o agronegócio é desproporcional, fazendo com que tal política sirva como instrumento de justiça social, garantindo aos pequenos produtores uma renda mínima (CARNEIRO 1997: 76), para que as famílias escapem da fome e até possam lucrar num mercado com um mínimo de proteção aos mais susceptíveis ou vulneráveis.

“Historicamente, as principais dificuldades para o desenvolvimento da produção agrícola familiar são: baixa capitalização, acesso a linhas de crédito oficiais, acesso à tecnologia, disparidade produtiva inter-regional, acesso a assistência técnica para a produção rural, e acesso aos mercados modernos” (JUNQUEIRA e LIMA 2008: 160). O PRONAF foi criado para tratar destes desafios e minimizar suas consequências às famílias de baixa renda que vivem no campo e dele tiram o seu sustento, já que boa parte dos grandes produtores rurais não têm dificuldade nestas áreas como os pequenos agricultores. Mesmo que a agricultura patronal, em média, apresente renda sete vezes superior à dos pequenos agricultores, a renda por hectare dos agricultores familiares é, em média, quase 2 ½ vezes superior à dos grandes agricultores (JUNQUEIRA e LIMA 2008: 164). Isso se deve à eficiência da agricultura familiar em se tratando da intensidade de produção agrícola.

Estímulos governamentais como financiamento a juros baixos podem auxiliar esta camada da população.

Apesar de, ainda, um número reduzido de pequenos agricultores se beneficiarem deste tipo de política pública, em razão dos bancos privados exigirem uma série de condições que as famílias de baixa renda do campo não podem satisfazer, houve um aumento significativo no financiamento para a agricultura familiar nos governos do PSDB e do PT, como a tabela seguinte mostra.

### [TABELA 3]

Nas duas últimas décadas, “[o] PRONAF aplicou cerca de 160 bilhões de reais em mais de 26 milhões de contratos na agricultura familiar, financiando máquinas, veículos de transporte e equipamentos para a agricultura familiar mais estruturada, até os microfinanciamentos para a agricultura familiar menos capitalizada” (BIANCHINI 2015: 3). Apesar de o montante registrado na tabela anterior ser quase 6 vezes menor do que o investido no mesmo período na agricultura empresarial, os propósitos são outros e a evolução dos investimentos cresceu no decorrer destas décadas, colocando em relevância a agricultura familiar e os investimentos públicos no setor em questão durante este período.

Portanto, há uma mudança de postura significativa na aplicação de recursos públicos em políticas que visaram melhorar a qualidade de vida da população rural de baixa renda e torna-la parte dos produtores que participaram ativamente do mercado de *commodities* durante as gestões do PSDB e do PT, diferentemente de outros partidos que assumiram a presidência do país em governos anteriores no período democrático pós-1985, cujo foco das políticas públicas centrava-se nas camadas mais abastadas da população rural.

Adiante analisaremos dados sobre violência agrária durante o regime democrático com o intuito de verificar se há diferença nos resultados da violência por disputas de terra nas gestões do PSDB e do PT em relação aos gestores anteriores, seguindo o raciocínio proposto neste artigo.

## **2. Conflitos por disputas de terra**

O Brasil é um país muito desigual em várias frentes, não apenas na socioeconômica. Se analisarmos as mortes por disputas de terra, veremos que há certas unidades da federação que apresentam dados bem mais elevados de vítimas fatais do que outras, tanto em números absolutos quanto em proporção a municípios e densidade demográfica, conforme podemos constatar na tabela abaixo. Tanto a desigualdade como a violência *per se* motivam a academia a investigar este fenômeno, que dura várias décadas. São necessárias medidas governamentais eficazes para controlar/reduzir tal fenômeno, inclusive nas regiões menos populosas e no campo, onde as autoridades costumam investir menos do que em grandes centros urbanos.

### **[TABELA 4]**

Enquanto a região Norte apresenta 47% das vítimas fatais de disputas de terra no recente período democrático brasileiro, o Nordeste apresenta 27%, o Centro-oeste 12%, o Sudeste 9% e o Sul 5%. Ou seja, o Norte tem quase a metade e o Nordeste mais que um quarto das mortes agrárias. Um direcionamento aproximado pode igualmente consolidar as

mortes agrárias por municípios e mortes agrárias por densidade demográfica, evidenciando a complexa realidade brasileira no quesito desigualdade.

A respeito do quadro de mortes por disputas de terra no Brasil por gestão, o PSDB (1995-2002) e o PT (2003-2015) apresentam números semelhantes. Durante a administração do tucano Fernando Henrique Cardoso, houve 270 vítimas fatais, ou 34 por ano, em média. Com os petistas Lula e Dilma, os totais foram 304 e 185, sendo que, por ano, havia 38 e 37 vítimas respectivamente. São dados próximos, o que sugere que políticas de redução da violência no campo não conseguiram resultar numa diminuição das mortes por disputas de terra. Nem mesmo o que ambos partidos promoveram no que diz respeito ao financiamento à agricultura familiar surtiu efeito em termos de redução da violência no campo.

No entanto, apesar de os dados serem muito parecidos, antes de conhecê-los, a impressão era de que nos governos petistas haveria uma quantidade menor de vítimas fatais, tendo em vista que o partido consegue mobilizar muito mais lideranças e dialogar mais intensamente com os movimentos sociais do que o tucanato. Porém, no campo pragmático, dados conseguem expor a situação sem levar em consideração vieses ideológicos ou de outra natureza, inclusive a própria disputa pelo controle do poder político de entes semelhantes que tentam se diferenciar apenas para ganhar eleitores, mas que, no fundo, são frutos do mesmo projeto de país.

### **[GRÁFICO 1]**

O pico de mortes por disputas de terra bem no início do primeiro governo do presidente Lula indica uma instabilidade inicial decorrente da mudança de gestão de um partido político ao outro. Porém, rapidamente os números voltaram para patamares bem próximos aos

anteriores, não se alterando com as políticas públicas para reduzir a quantidade de vítimas fatais deste tipo de violência.

Em uma abordagem analítica diferente, o pequeno aumento de mortes por disputas de terra nas gestões do PT pode ser compreendido como frustração dos que entendiam que o governo do PT tenderia a defender mais firmemente os menos favorecidos. Além disso, a não-mudança de postura do governo trabalhista em relação a seu antecessor causou uma perda de esperança dos que esperavam ter sua chance de obter do Estado, por meio de reforma agrária, um pedaço de terra para o sustento das famílias. No entanto, a reforma agrária não conseguiu ter um alcance maior, causando um pequeno aumento da violência, mesmo que o número de mortes por disputas de terra não se diferencie tanto assim dos números anteriores. Na teoria relacionada, há causalidade entre frustração e agressão, quando a frustração pode criar inclinações agressivas (BERKOWITZ 1989), levando membros de movimentos sociais pró-reforma agrária a criar elevada expectativa quando o candidato à presidência, conhecido por auxiliar os mais pobres, ganhou o pleito mas não respondeu aos anseios de seus correligionários, o que resultou em aumento da violência no campo.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Há o momento dos discursos acalorados e o momento das ideias e formulações de políticas públicas com vistas à construção de plataforma política para governar. Em geral, implementa-se apenas o plano de governo previamente redigido e acordado, com certos ajustes que se adequem à realidade, deixando os discursos acalorados para a oposição que não tem a responsabilidade efetiva de governar para todos ou o compromisso de promover pontes e alianças para passar projetos e atingir o que nominamos de governabilidade.

Embora, certamente, haja diferenças intrapartidárias numa mesma agremiação, com formação de alas minoritária e majoritária, é necessário buscar um certo consenso para externalizar as características do partido para a sociedade como um todo. Nessa concepção é que tanto o PSDB como o PT tentam se diferenciar bastante nas ideias com o objetivo de aumentar seu apoio eleitoral e, com isso, ganhar eleições para o cargo de presidente do país (dentre inúmeros outros). Entretanto, no programa de governo e nas formulações de políticas públicas quando os partidos formam o governo, um de cada vez, eles se confundem provavelmente de forma intencional, pelo menos na área analisada neste *paper* (e, diríamos que em várias outras que não constam aqui), e isso está em conformidade com Downs quando diz que “[n]um sistema bipartidário, é racional que cada partido encoraje os eleitores a serem irracionais tornando sua plataforma vaga e ambígua” (DOWNS 1999: 136). Sendo assim, há uma artificialidade na polarização posta aos eleitores em potencial, mas não no cenário governamental, seja qual dos dois partidos estiver no poder. É o que ocorreu até este momento, ao menos.

Mais estudos sobre o tema se fazem necessários, abrangendo diferentes áreas que não foram incluídas neste estudo preliminar para compreender melhor o tema em discussão e a relação entre ideologia partidária, partidos políticos, governo e políticas públicas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGEL, A. "Party change in Chile in comparative perspective". *Revista de Ciência Política*, 23(2), pp.88-108.

BACEN-SAF-MDA (2017). *FAQ: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: PRONAF*. Acesso em 02/03/2017

[http://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/PRONAF.asp](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp).

BERKOWITZ, L. (1989). "Frustration-aggression hypothesis: Examination and reformulation". *Psychological Bulletin*, 106(1), pp.59-73.

BIANCHINI, V. (2015). *PRONAF 20 anos: Avanços e Desafios*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, pp.115.

BORRAS Jr. S.M.; FRANCO, J.C. "Global land grabbing and trajectories of agrarian change: A preliminary analysis". *Journal of Agrarian Change*, 12(1), pp.34-59.

BRAGA, M.S.S.; PIMENTEL Jr, J. (2011). "Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?". *Opinião Pública*, 17(2), Novembro, pp.271-303.

BUARQUE, C. (2004). "A luta de PT e PSDB é política, não ideológica". *Entrevista* publicada em 29/11/2004 por Cristovam Buarque a Fernando Henrique Cardoso. Acesso em <http://www.psdb.org.br/a-luta-de-pt-e-psdb-e-politica-nao-ideologica/>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (1996), Decreto 1.946, de 28/06.

CARROL, R.; EICHORST, J. (2013). "The Role of Party: The Legislative Consequences of Partisan Electoral Competition". *Legislative Studies Quarterly*, 38(1), pp. 83-109.

CARNEIRO, M.J. (1997). "Política pública e agricultura familiar: Uma leitura do PRONAF". *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8, pp.70-82.

CEAP (2014). “A ascensão de uma nova política de massas? Entrevista especial com Leandro Karnal”. RS: *Centro de Educação e Assessoramento Popular*, 21 de Novembro, pp.1-10, com acesso em <http://www.ceap-rs.org.br/a-ascensao-de-uma-nova-politica-de-massas-entrevista-especial-com-leandro-karnal/>.

DESENVOLVIMENTO HUMANO (2016). “O que o governo Dilma fez (e não fez) pela reforma agrária?”. Publicado em 28 de junho. <https://www.socioambiental.org>.

DONWS, A. (1999). *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: EDUSP, p. 325.

DOWNS, A. (1957). *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper, p.310.

EVANS, J. (2003). “Have Americans' Attitudes Become More Polarized? - An Update”. *Social Science Quarterly*, 84(1). pp. 71-90.

JUNQUEIRA, C.L.; LIMA, J.F. (2008). “Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil”. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 29(2), Londrina, pp. 159-176.

LEVENDURSKY, M.S. (2009). “The microfoundations of mass polarization”. *Political Analysis*, 17(2), pp.162-176.

LINZ, J. (2002). “Parties in contemporary democracies: Problems and paradoxes”. IN: *Political Parties, Old Concepts and New Challenges* (GUNTHER, R.; MONTEIRO, J.R.; LINZ, J. eds.).

MATTEI, L. (2010). “Análise da produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 18(1), pp.56-97.

MATTEI, L. *et alli*. (2007). “Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil”. IN: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural* (SOBER). Londrina: Universidade Estadual de Londrina

- NOBRE, M. (2013). *Choque de Democracia: Razões da Revolta*. Companhia das Letras.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2000), Decreto 3.338, de 14/01.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2003), Decreto 4.723, de 06/06.
- PRIOR, M. (2013). “Media and political polarization”. *Annual Review of Political Science*, 16, pp.101-127.
- RESENDE, C.M.; MAFRA, R.L.M. (2016). “Desenvolvimento rural e reconhecimento: Tensões e dilemas envolvendo o PRONAF”. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 54(2), pp. 261-280.
- ROSENTHAL, H.; POOLE, K. (2007). *Ideology and Congress*. NJ: New Brunswick, pp.361.
- SAÉZ, M.A.; FRIEDENBERG, F. “Partidos políticos na América Latina”. *Opinião Pública*, 8(2), pp.137-157.
- SPECK B.W.; BALBACHEVSKY, E. (2016). “Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas”. *Opinião Pública*, 22(3), pp.569-602.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2017). Acessado em 03/03/2017 em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Tabela 1: Polarização eleitoral PSDB/PT, 1994-2014

<b>Ano/turno</b>	<b>Partido</b>	<b>Candidato</b>	<b>Percentual válido</b>
1994/1	PSDB	FHC	54,27
	PT	Lula	27,04
1998/1	PSDB	FHC	53,06
	PT	Lula	31,71
2002/1	PT	Lula	46,47
	PSDB	Serra	23,19
2002/2	PT	Lula	61,28
	PSDB	Serra	38,72
2006/1	PT	Lula	48,61
	PSDB	Alckmin	41,64
2006/2	PT	Lula	60,83
	PSDB	Alckmin	39,17
2010/1	PT	Rousseff	46,91
	PSDB	Serra	32,61
2010/2	PT	Rousseff	56,05
	PSDB	Serra	43,95
2014/1	PT	Rousseff	41,59
	PSDB	Neves	33,55
2014/2	PT	Rousseff	51,64
	PSDB	Neves	48,36

Fonte: Autoria própria, baseado em dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela 2: A reforma agrária e governos democráticos, 1985-2015.

<b>Governos democráticos</b>	<b>Famílias assentadas</b>	<b>Média de famílias assentadas/ano</b>
<b>Sarney (1985-90)</b>	82.689	16.538
<b>Collor/Franco (1991-4)</b>	35.600	8.900
<b>FHC (1995-2002)</b>	584.655	73.082
<b>Lula (2003-10)</b>	614.088	76.761
<b>Dilma Rousseff (2011-15)</b>	133.635	26.727
<b>Total (1985-2015)</b>	<b>1.450.667</b>	<b>46.796</b>

Fonte: Ministérios da área de cada um dos governos.

Tabela 3: Financiamento do PRONAF à agricultura familiar, 2000/1-2015/6.

<b>Safra (ano)</b>	<b>Financiamento da agricultura familiar (R\$)</b>	<b>Financiamento da agricultura empresarial (R\$)</b>
2000/2001	3.900.000.000,00	12.117.000.000,00
2001/2002	4.196.000.000,00	15.720.000.000,00
2002/2003	4.196.000.000,00	20.540.000.000,00
2003/2004	5.400.000.000,00	27.750.000.000,00
2004/2005	7.000.000.000,00	39.450.000.000,00
2005/2006	9.000.000.000,00	44.350.000.000,00
2006/2007	10.000.000.000,00	50.000.000.000,00
2007/2008	12.000.000.000,00	58.000.000.000,00
2008/2009	13.000.000.000,00	65.000.000.000,00
2009/2010	15.000.000.000,00	93.000.000.000,00
2010/2011	16.000.000.000,00	100.000.000.000,00
2011/2012	16.000.000.000,00	107.238.000.000,00
2012/2013	18.000.000.000,00	115.250.000.000,00
2013/2014	21.000.000.000,00	136.063.000.000,00
2014/2015	24.100.000.000,00	156.100.000.000,00
2015/2016	28.900.000.000,00	187.700.000.000,00
<b>Total</b> 2000/1-2015/6	207.692.000.000,00	1.228.278.000.000,00

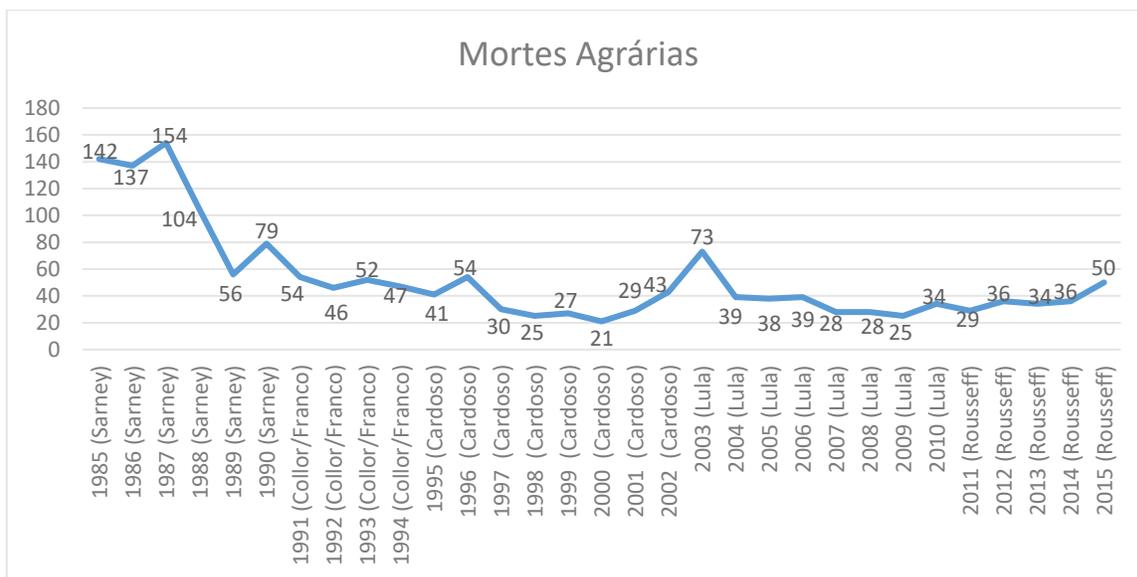
Fonte: BACEN-SAF-MDA (BIANCHINI 2015: 106).

Tabela 4: Mortes agrárias por estado, 1985-2015.

<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Mortes</b>	<b>Municípios (mortes/munic.)</b>	<b>Mortes/100.000</b>
<b>Norte</b>	RO (Rondônia)	104	52 (2.0)	5,88
	AC (Acre)	18	22 (0.82)	2,24
	AM (Amazonas)	54	62 (0.87)	1,37
	RR (Roraima)	28	15 (1.87)	5,54
	PA (Pará)	507	143 (3.55)	6,20
	AP (Amapá)	6	16 (0.38)	0,78
	TO (Tocantins)	43	139 (0.31)	2,84
<b>Total região norte</b>		760	449 (1.69)	4,35
<b>Nordeste</b>	MA (Maranhão)	148	217 (0.68)	2,14
	PI (Piauí)	16	223 (0.07)	0,50
	CE (Ceará)	20	184 (0.11)	0,22
	RN (Rio Grande Norte)	8	167 (0.05)	0,23
	PB (Paraíba)	26	223 (0.12)	0,65
	PE (Pernambuco)	74	185 (0.40)	0,79
	AL (Alagoas)	22	102 (0.22)	0,66
	SE (Sergipe)	5	75 (0.07)	0,22
	BA (Bahia)	120	417 (0.29)	0,79
<b>Total região nordeste</b>		439	1793 (0.24)	0,78
<b>Sudeste</b>	MG (Minas Gerais)	84	853 (0.10)	0,40
	ES (Espírito Santo)	15	78 (0.19)	0,38
	RJ (Rio de Janeiro)	33	92 (0.36)	0,20
	SP (São Paulo)	15	645 (0.02)	0,03
<b>Total região sudeste</b>		147	1668 (0.09)	0,51
<b>Sul</b>	PR (Paraná)	51	399 (0.13)	0,46
	SC (Santa Catarina)	13	293 (0.04)	0,19
	RS (Rio Grande do Sul)	17	496 (0.03)	0,15
<b>Total região sul</b>		81	1188 (0.07)	0,28
<b>Centro-Oeste</b>	MS (Mato Grosso Sul)	45	78 (0.58)	1,70
	MT (Mato Grosso)	131	141 (0.93)	4,01
	GO (Goiás)	23	246 (0.09)	0,35
<b>Total região centro-oeste</b>		199	465 (0.43)	1,59
<b>Total Brasil</b>		<b>1626</b>	<b>5563 (0.29)</b>	<b>0,79</b>

Fonte: Própria do autor (baseado em dados da CPT 1985 – 2015 e do IBGE).

Gráfico 1: Mortes agrárias no Brasil, 1985-2015.



Fonte: Autoria própria (baseado em dados da CPT 1985-2015).